

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 10 / 2017

16 de maio de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 16 de maio de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 3 de maio de 2017	
Ata da Câmara Municipal de Odivelas de 2015	7
Normas do Orçamento Participativo de Odivelas 2017	7
Projeto de Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações Sociais do Município de Odivelas	7
Realização da iniciativa “Passeio Sénior 2017”	7
Licença de loteamento 103/73, na Rua Júlio Borba n.º 5, na União das Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	8
Alvará de Loteamento n.º 03/2010/DLO, Casal da Serra, Porto da Paiã, na União das Freguesias da Pontinha e Famões	8
Alvará de Licença de Loteamento n.º 01/09, referente às obras de urbanização no Bairro de S. Jorge, na Serra da Amoreira, na União de Freguesias da Ramada e Caneças	9
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 644, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	9
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 645, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões	9
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	10
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	11
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
2.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 27 de abril de 2017	15
Voto de Condenação	15
Moções	15
Recomendação	17
Voto de Louvor	18
6.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 4 de maio de 2017	
Proposta de Recomendação	19
Voto de Congratulação	19
Moções	19
Protocolo de Geminação entre o Município de Odivelas (Portugal) e o Município de São Caetano de Odivelas (Brasil)	20
Passagem de Pontos para a próxima Sessão	23
ANEXO:	
Normas do Orçamento Participativo 2017	25



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO

9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 3 de maio de 2017

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de março de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 11 de março de 2015)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2017

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE ODIVELAS 2017 NORMAS

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, relativamente às Normas do Orçamento Participativo de Odivelas 2017 (revisão às Normas aprovadas em 2015), que se encontram anexas à informação n.º Interno/2017/4510, de 2017.04.24, de acordo com proposto na referida informação.

(a anterior deliberação referente às Normas do Orçamento Participativo - Normas do Orçamento Participativo 2015 – foi aprovada na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 30 de março de 2015 e publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 6/2015)

(Normas do Orçamento Participativo de Odivelas 2017 publicadas em anexo)

(Aprovado por maioria)

ATRIBUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS

Projeto de Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações Sociais do Município de Odivelas, que “...visa estabelecer os princípios gerais e as regras específicas que regem as condições de acesso e critérios de atribuição das habitações detidas a qualquer título pelo Município de Odivelas e que por este sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam bem como as condições relativas à utilização dessas habitações e à manutenção do direito de habitação pelo agregados e respetivos elementos.”, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4538, de 2017.04.24 e nos termos do referido Projeto.

(a deliberação referente ao Início do Procedimento e Participação Procedimental para elaboração do Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações Sociais do Município de Odivelas, foi aprovada na 20.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2016, de 19 de outubro e publicada no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21/2016, de 2 de novembro)

Este assunto carece de deliberação da Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

INICIATIVA PASSEIO SÉNIOR

PASSEIO SÉNIOR 2017

Realização da iniciativa “Passeio Sénior 2017”, durante os dias 22, 23, 24 e 25 de maio de 2017, dirigida à população sénior residente no Concelho de Odivelas, 2000 munícipes no total (500 por dia), com idades iguais ou superiores a 60 anos à data de 1 de maio (inclusive) de 2017, com destino à zona de Almeirim e que terá um custo total estimado em €86.666,00 (oitenta e seis mil seiscientos e sessenta e seis euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/4505, de 2017.04.24:

“ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA

Em termos de organização, propõe-se adotar a seguinte metodologia:

Horário: Partida às 08h30, em locais a combinar nas freguesias do concelho e regresso pelas 20h00.



Universo / Destinatários: 2000 munícipes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos à data de 01 de maio (inclusive). Excecionalmente, podem fazer-se acompanhar dos seus conjugues e/ou descendentes adultos que apresentem grau de incapacidade comprovada, através da apresentação de documento médico e desde que nessa data não tenham quem cuide deles.

Datas: 22, 23, 24 e 25 de maio.

Divulgação: serão elaborados cartazes informativos alusivos à iniciativa, fazendo referência às respetivas condições de inscrição/participação. Os cartazes serão distribuídos pelas Juntas de Freguesia, instituições com respostas sociais de apoio a idosos, bem como outros serviços da comunidade. A iniciativa será também divulgada no sítio oficial da Câmara Municipal de Odivelas na internet.

Inscrições:

• Sugere-se que sejam efetuadas nas quatro Juntas de Freguesia, da área de residência dos participantes e ainda nas instalações da Câmara Municipal de Odivelas sitas na Rua Laura Alves n.º 5, para os munícipes de Odivelas. Importa referir que, caso esta proposta mereça autorização será remetido um email às Juntas de Freguesia a solicitar a sua colaboração.

• No ato da inscrição, os interessados devem apresentar elementos identificativos:

○ bilhete de identidade ou cartão de cidadão,
○ cartão de eleitor e,
○ cartão de contribuinte.

Método de Seleção: por ordem de inscrição, desde que cumpram os requisitos atrás referidos. Dada a natureza desta iniciativa, assim como ao elevado número de participantes, não serão considerados outros métodos de seleção.”

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

INDEFERIMENTO DA ALTERAÇÃO AO PEDIDO DE LICENÇA DE LOTEAMENTO - ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 103/73 - LOTE 3A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTO ADRIÃO E OLIVAL BASTO - PROCESSO N.º 23287/U

Indeferimento da alteração ao pedido de licença de loteamento 103/73, na Rua Júlio Borba n.º 5, na União das Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, em nome de Espaço Carne – Comércio de Carne, Lda., de acordo com o proposto na informação n.º 27/APV/2017, de 2017.04.21, e nas condições da informação técnica constante a folha 707 do Processo n.º 23287/U.

(Aprovado por unanimidade)

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 03/2010/DLO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 9.379/LO

No âmbito do Alvará de Loteamento n.º 03/2010/DLO, em nome de P.A.G.R., Empreendimentos Imobiliários S.A., no Casal da Serra, Porto da Paiã, na União das Freguesias da Pontinha e Famões, de acordo com a informação n.º 26/APV/2017 de 2017.04.12, constante a folhas 1238 do processo n.º 9379/LO, é proposto:

A execução coerciva das obras de urbanização e de manutenção em falta, identificadas nas informações das unidades orgânicas do Município referidos na informação técnica constante de folhas 1234 a 1236, do processo n.º 9379/LO, nos termos do previsto nos artigos 84.º, 105.º n.º 3, 107.º e 108.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);

A consequente adoção dos procedimentos necessários ao acionamento da caução existente, que foi prestada nos termos do previsto no artigo 54º do RJUE, através da apresentação de garantia bancária n.º 125-02-1647461 do Millennium BCP, no valor de €28.020,00 (vinte e oito mil e vinte euros);

Concluídos os procedimentos preparatórios à execução da obra, deverá ser determinada a posse administrativa do imóvel nos termos legalmente previstos.

(Aprovado por unanimidade)



**ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 01/09
UNIÃO DAS FREGUESIAS DA RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO DE S. JORGE, SERRA DA AMOREIRA
PROCESSO N.º 1762/LO**

No âmbito do Alvará de Licença de Loteamento n.º 01/09, referente às obras de urbanização no Bairro de S. Jorge, na Serra da Amoreira, na União de Freguesias da Ramada e Caneças, em nome de Obriverca, Construções e Projetos, S.A., de acordo com a informação n.º 28/APV/2017, de 2017.04.21, é proposto:

A caducidade do alvará de licença de loteamento n.º 01/09, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);

A execução coerciva de todas as obras de urbanização em falta, nos termos do previsto nos artigos 84.º, 105.º n.º 3, 107.º e 108.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);

A consequente adoção dos procedimentos necessários ao acionamento da caução existente, que foi prestada nos termos do previsto no artigo 54.º do RJUE, através da apresentação de garantias bancárias prestadas através do BES, identificadas respetivamente com o n.ºs 340916 do BES, no valor de € 528.600 (quinhentos e vinte e oito mil e seiscentos euros) e n.º 316720, no valor de € 1.612.700 (um milhão, seiscentos e doze mil e setecentos euros);

Concluídos os procedimentos preparatórios à execução das obras, deverá ser determinada a posse administrativa nos termos legalmente previstos.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 644
ALVARÁ N.º 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 644, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10167 de 2017-04-10, do Banco Caixa Geral de Depósitos no valor de €7.777,18 (sete mil e setecentos e setenta e sete euros e dezoito cêntimos), em nome de Rosemere Correia Moreira, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 33.2017, de 2017.04.18 e na informação técnica n.º 53/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.04.18.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO, LOTE 645
ALVARÁ N.º 4/2011/DRU**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 645, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10178 de 2017.04.10, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de €5.125,87 (cinco mil e cento e vinte e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), em nome de Rosemere Correia Moreira, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011/DRU, de 13 de setembro, de acordo com o proposto na informação n.º 34.2017, de 2017.04.18, e na informação técnica n.º 54/RO/DRRU/DGOU/17, de 2017.04.18.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHOS N.º 19/PRES/2017

Assunto: Constituição de Comissão de Análise Técnica Multidisciplinar no âmbito do Orçamento Participativo 2017

Considerando que:

A Câmara Municipal de Odivelas (CMO) desenvolve desde 2008 o Orçamento Participativo;

Se trata de um instrumento que visa a eficaz promoção da participação dos cidadãos nos processos de decisão e governação local, nesta edição de 2017, a CMO volta a adotar o modelo deliberativo, permitindo ao Cidadão apresentar propostas nas mais variadas áreas de atuação e competência da Autarquia, e votar, concluindo o processo com a execução, pela Câmara Municipal, no período de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019, dos projetos mais votados.

Neste sentido:

1) A CMO deliberou, na sua reunião de 3 de maio de 2017, aprovar a edição de 2017 do Orçamento Participativo e respetivas normas;

2) Deverá atender-se a que o Artigo 11.º das Normas do Orçamento participativo 2017, estabelece a constituição de uma Comissão de Análise Técnica Multidisciplinar, que abranja todas as áreas temáticas e que realize uma análise e verificação de todas as propostas submetidas pelos Cidadãos;

3) Importa promover o cumprimento das normas, designadamente no que respeita ao esclarecimento das questões colocadas pelos cidadãos, bem como, promover os necessários procedimentos que visem a explicitação e clarificação das propostas.

Pelo que,

Determino a constituição da Comissão de Análise Técnica Multidisciplinar no âmbito do Orçamento

Participativo 2017, nos termos do disposto no Artigo 11.º das Normas do OP'17, da qual farão parte, em função das áreas envolvidas:

- Dr. Hernani Boaventura, Diretor Municipal – que preside;
- Eng. Luís Jorge (Espaço Público e Espaço Verde) – que substitui o presidente nas ausências e impedimentos
- Mestre Angelina Pereira (Comunicação, Modernização Administrativa e Cidadania);
- Dr. António Janeiro (Turismo, Comércio e Promoção Económica);
- Dr. Carlos Lérias (Desporto);
- Arq. Florinda Lixa (Urbanismo e Requalificação Urbana);
- Dr. Gabriel Caetano (Educação);
- Dra. Guida Uvaldo (Juventude);
- Dra. Helena Jardim (Cultura)
- Eng. José Fonseca (Infra-Estruturas viárias, Trânsito e Mobilidade);
- Dra. Lúcia Santos (Ação Social);
- Dr. Luís Gomes da Costa (Proteção Civil);
- Arq. Manuela Henriques (Saúde);
- Dra. Regina Meneses (Proteção Ambiental, Energia e Sustentabilidade)

A Comissão ora constituída deverá acompanhar todo o processo, designadamente a fase de análise técnica, adaptação das propostas a projetos, esclarecimentos aos cidadãos no âmbito da apresentação de propostas e validação de projetos, bem como a avaliação de eventuais reclamações para elaboração de relatório.

Odivelas, 5 de maio de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de abril de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/4693, de 2017.04.28:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2017/12547
Interno/2017/2326 de 2017/03/01
Assunto: Plano de regularização de dívida – Suelen Abreu Rodrigues Marques, arrendatária do fogo disperso sito na Rua das Margaridas, n.º 1 – R/C Esq., Arroja, em Odivelas
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos o valor de renda e a regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao cumprimento do Plano aprovado e à situação social descrita.”
Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/17220
Interno/2017/3237 de 2017/03/21
Assunto: Proposta de exclusão do PER – Bernardo Barro, recenseado com o registo de matrícula n.º 020.0030.1 – Bairro do Barruncho, n.º 30 – Póvoa de Santo Adrião
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Proceda-se à exclusão da matrícula PER, referente a Bernardo Barros, bem como à respetiva atualização da base de dados PER.”
Data da decisão: 2017/04/03

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/4049
Interno/2017/3341 de 2017/03/23
Assunto: Proposta de extinção de dívida de rendas relativa ao locado sito na Rua António Aleixo, n.º 9 – R/C Esq. em Póvoa de Santo Adrião – António Francisco Matoso
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face proposto e enquadramento jurídico e relação custo/benefício apresentados. À consideração do Sr. Presidente da CMO com proposta de extinção da dívida de renda no valor de 204,50 €, de acordo com a fundamentação exposta na presente informação (anexa à etapa 73, do sistema de gestão documental) ao ex-arrendatário António Francisco Matoso, na sequência da tomada de posse do fogo municipal no passado dia 1 de Março.”
Data da decisão: 2017/04/06

EDOC/2015/7357
Interno/2017/3293 de 2017/03/22
Assunto: Atualização de renda – Nome: Acácio do Espírito Santo – Morada: Rua Barbosa do Bocage, n.º 10 – 2º Esq. – Ramada
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto. Promova-se a actualização da renda e a celebração do contrato de arrendamento dependente da apresentação de prova relativa à cessação do impedimento. À Divisão de Habitação.”
Data da decisão: 2017/04/06

EDOC/2016/56366
Interno/2017/4058 de 2017/04/10
Assunto: Proposta de tomada de posse do locado sito na Rua José Régio, n.º 11, 3º Esq., em Odivelas, por cessação do contrato de arrendamento por renúncia
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, nos termos do informado e proposto. Proceda-se à tomada de posse administrativa da habitação e efetue-se contacto com a PSP para acompanhamento da respetiva diligência. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”
Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/10268
Interno/2017/1926 de 2017/02/16
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Carlos Reis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 243,03€ (duzentos e quarenta e três euros e três centavos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 21, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/16339
Interno/2017/3200 de 2017/03/21
Assunto: Revisão de renda: Alteração nos rendimentos – Nome: Manuel Carlos Antunes Lourenço – Morada: Rua Domingos António Carvalho, n.º 8 – 1º Esq. - Famões
Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA. À Divisão de Habitação.”
Data da decisão: 2017/04/06

EDOC/2017/19136
Interno/2017/3691 de 2017/03/30
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 16, Rua Cristóvão da Gama, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 828,15€ (oitocentos e vinte e oito euros e quinze centavos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/20779
Interno/2017/3943 de 2017/04/05
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 56, Bairro Olival do Pancas, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017
Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 482,88€



(quatrocentos e oitenta e dois euros e oitenta e oito centavos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respectiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/21157

Interno/2017/3982 de 2017/04/06

Assunto: Condomínio do Edifício nº 4, Rua Bordalo Pinheiro, Odiveiras - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 132,00€ (cento e trinta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respectiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/23610

Interno/2017/4403 de 2017/04/20

Assunto: Condomínio do Edifício nº 6, Rua Pero Vaz de Caminha, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “À consideração do Sr. Presidente da CMO, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 5.669,30€ (cinco mil, seiscentos e sessenta e nove euros e trinta centavos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respectiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/04/27

EDOC/2017/23832

Interno/2017/4458 de 2017/04/21

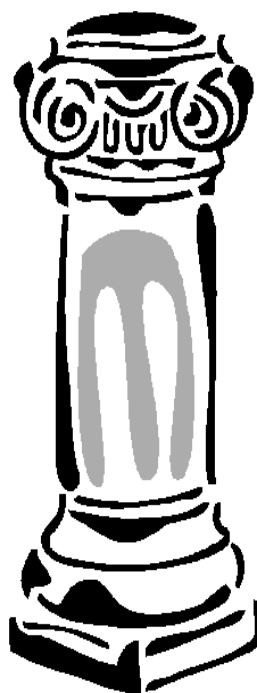
Assunto: Condomínio do Edifício nº 6, Rua São Jorge, Famões - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respectiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/04/27



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 27 de abril de 2017

Publica-se no presente boletim os documentos aprovados no período antes da ordem do dia da 2.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal. Os textos dos documentos em causa não foram publicados no boletim anterior (n.º 9 de 2017), por não terem sido disponibilizados pelos serviços.

VOTO DE CONDENAÇÃO

VOTO DE CONDENAÇÃO

PELA PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO LGBT NA REPÚBLICA DA CHECHÉNIA

Foi noticiado, em órgãos de comunicação social internacional, que o Governo da República da Chechénia, região autónoma da Federação Russa, terá aberto um campo de concentração para população LGBT.

Segundo relatos de vítimas e denúncias de grupos russos de defesa dos direitos humanos, dezenas de homossexuais foram detidos e mantidos em cativeiro num antigo quartel militar na cidade chechena de Argun, onde são torturados por espancamento e com recurso a choques elétricos. Até a data, foram registadas três mortes.

Este atentado aos direitos humanos enquadra-se numa política mais geral de perseguição continuada à população LGBT levada a cabo pelo Governo da República da Chechénia.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 27 de Abril de 2017, condena a perseguição à comunidade LGBT pelo Governo da República da Chechénia e apela à libertação de todos os cidadãos e cidadãs presos.

Enviar este documento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, à embaixada da Federação Russa em Lisboa e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE (aprovado por maioria, votos a favor do BE, PS e CDS/PP, contra do PSD e abstenção da CDU)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por maioria)

MOÇÕES

MOÇÃO

CONTRA O ENCERRAMENTO DA AGÊNCIA DE CANEÇAS E DAS COLINAS DO CRUZEIRO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Considerando que:

1. A Caixa Geral de Depósitos é o banco público que desempenha um serviço público fundamental, particularmente em áreas territoriais e grupos populacionais mais vulneráveis;
2. A manutenção da CGD integralmente pública é um objetivo da atual maioria na Assembleia da República, reconhecendo assim o papel indispensável que um banco público desempenha no sistema económico, financeiro e social do país;
3. Para garantir esse desiderato, a Administração da Caixa Geral de Depósitos foi forçada, pelas instituições europeias e pelo Banco de Portugal, a desenhar um plano de reestruturação que viabilizasse a recapitalização do banco público, sem colocar em causa a sua posse por parte do Estado português;
4. Pese embora ter sido possível preservar a CGD na esfera pública, o plano de reestruturação do banco do público coloca em causa o desempenho da Caixa tal qual a conhecemos e com a robustez exigida. Destacam-se negativamente, nesse plano, a redução de pessoal (cerca de 2000 trabalhadoras e trabalhadores nos próximos dois anos e meio) e o encerramento de cerca de sete dezenas de agências até ao final deste ano;
5. Uma das principais características de um serviço público é a proximidade às cidadãs e aos cidadãos, bem como a disponibilização de serviços essenciais de qualidade em condições de igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs, forçando a superação das desigualdades existentes;
6. No concelho de Odivelas vão encerrar duas agências da CGD – Colinas do Cruzeiro e Caneças;
7. No caso do fecho da agência de Caneças, a partir de maio a população da freguesia terá como alternativa mais próxima e acessível o balcão de Odivelas da CGD, com



todos os custos de deslocação e perdas de tempo daí decorrentes, agravados por uma rede de transportes cada vez mais deteriorada.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 27 de Abril de 2017, delibera:

1. Solicitar à Administração da Caixa Geral de Depósitos que reveja a decisão de encerrar a agência de Caneças no próximo dia 28 de Abril, de modo a garantir que a população de Caneças continuará a ter um acesso digno ao banco público;

2. Saudar a população de Caneças e Odivelas que se tem mobilizado contra o fecho de mais um serviço público na sua freguesia;

3. Apelar ao Governo e ao Banco de Portugal que intercedam junto da administração da CGD no sentido de que o encerramento de agências do banco público seja revisto, dando prioridade ao serviço público prestado às populações.

Enviar este documento ao Governo, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, ao Banco de Portugal e à comunicação social.

(Documento apresentado 'pela bancada do BE – Aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

1º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES

Há 131 anos, centenas de milhares de operários de Chicago paravam as fábricas e inundavam as ruas numa luta que se fez histórica. Conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciavam uma luta: A greve geral! As forças policiais, ao serviço dos patrões, nunca é demais recordá-lo, responderam com a mais brutal repressão e o protesto saldou-se em dezenas de mortos e centenas de feridos. Quatro dirigentes sindicais foram condenados a penas perpétuas e outros quatro foram mesmo enforcados.

Que perigosas exigências faziam esses trabalhadores e trabalhadoras? Oito horas! Oito horas para trabalhar, oito horas para descansar e oito horas para o lazer, a cultura e a educação.

A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Em Portugal, festejar o 1º de Maio, será reafirmar os valores Abril e as suas conquistas conseguidas pelos trabalhadores e trabalhadoras. Será lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação das e dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pelo fim da austeridade e pela paz e solidariedade internacional;

É necessário combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias. Essa instabilidade permanente compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.

A situação das trabalhadoras e dos trabalhadores e da população em geral tem a marca de décadas de política de direita, agravada pela sanha de destruição do governo PSD/CDS, inspirado pelo memorando celebrado com a troika. Apesar da dimensão da ofensiva contra os direitos laborais e sociais, a luta das e dos trabalhadores foi decisiva para derrotar e afastar do poder o governo PSD/CDS e dar início a um processo de reposição de rendimentos e direitos, nomeadamente: salários e pensões de reforma; aumento do salário mínimo nacional, ainda que aquém do necessário e com elevadas benesses para as grandes empresas; reposição dos 4 feriados; e as 35 horas para os trabalhadores e trabalhadoras da Administração Pública, entre outras medidas positivas

Os avanços registados no novo quadro político do país, são inseparáveis da acção e da luta reivindicativa das e dos trabalhadores, da pressão e da luta desenvolvida nas empresas, serviços e nos locais de trabalho nos sectores público e/ou privado, nas instituições e fora delas, que tem permitido aumentar salários, criar emprego e combater a precariedade, resistir e combater a desregulação dos horários e até reduzi-los, respeitar os direitos inscritos nos contratos colectivos, defender os serviços públicos e as funções do Estado na Saúde, na Educação e na Segurança Social.

Os trabalhadores e as trabalhadoras, assim como as populações, têm que continuar mobilizados em torno das suas justas reivindicações, particularmente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação colectiva, pelo aumento dos salários, pelas 35 horas de trabalho semanal no privado.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 27 de Abril de 2017, delibera:

1. Saudar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores e as suas Organizações Sindicais, na passagem de mais um



1º de Maio, manifestando-lhes a sua solidariedade na luta desenvolvida e por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;

2. Condenar veementemente o recurso a práticas, por parte de entidades patronais privadas e públicas, que visam embaratecer o valor do trabalho e promover o trabalho sem direitos;

3. Saudar as e os milhões de trabalhadores que pelo mundo fora, em particular em países onde não são reconhecidos os seus mais elementares direitos, continuam com persistência, esforço e determinação, sacrificando muitas vezes a sua própria vida, a lutar pela liberdade, pela democracia, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS e votos contra da bancada do PSD)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por maioria)

RECOMENDAÇÃO

RECOMENDAÇÃO

ESTACIONAMENTO NO BAIRRO DOS PEDERNAIS

Considerando que:

1. A Concelhia de Odivelas do Bloco de Esquerda foi convidada para visitar o bairro dos Pedernais, na Freguesia da Ramada, no dia 5 de Abril;

2. Ao longo da Rua Alfredo Ruas e da Rua Principal o estacionamento em certos pontos torna-se abusivo e prejudicial tanto para peões, que por vezes têm que circular pela estrada, como para os carros que têm que usar a faixa de trânsito que não lhes compete;

3. Na Rua Alfredo Ruas, junto à placa que serve paragem de autocarros, existe uma passadeira meia tapada por caixotes do lixo, dificultando a visualização dos peões por parte dos automobilistas;

4. Assim como acontece nas ruas que atravessam o bairro, o estacionamento e a circulação pedonal são um dos problemas que mais afetam a qualidade de vida e a segurança das pessoas que o habitam.



5.



6.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 27 de Abril de 2017, recomenda ao executivo municipal que:

1. Desenhe uma nova estratégia para o estacionamento nas ruas Alfredo Ruas e Principal, bem como em todo o bairro dos Pedernais, no sentido de resolver estas situações, no prazo de quatro meses;

2. Entretanto, reforce a sinalização e a informação aos condutores, por promover a alteração de comportamentos

Enviar este documento à Junta de Freguesia da União das Freguesias da Ramada e Caneças e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE (aprovado por maioria, votos a favor do BE, CDU, PSD, CDS/PP, e abstenção do PS)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por maioria)



VOTO DE LOUVOR

(Documento apresentado pela bancada do PS - Aprovado por unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

À ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS PELA PASSAGEM DO SEU CENTENÁRIO

(Aprovado por unanimidade)

A 22 de março de 1917, em sessão da Junta Geral do Distrito de Lisboa, foi criada a Escola Profissional de Agricultura do Distrito de Lisboa, com o objectivo central de promover a educação e a formação de crianças e jovens social e economicamente desprotegidos, principalmente aqueles que ficaram órfãos de militares tombados na Primeira Grande Guerra.

Foi uma decisão de carácter assistencial, mas também democrática e até avançada para a época conturbada que então se vivia na Primeira República.

Mudando de nome até chegar ao actual - Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paiã -, sobreviveu, ao longo de um século, aos vários regimes e governos, adaptando-se, ou sendo adaptada, às necessidades de ensino que a cada momento se faziam sentir, e encerrando em si uma vivência em que a democracia não foi palavra vã, acolhendo sempre alunos de vários estratos sociais, num verdadeiro exemplo de escola pública para todos.

Passada já a bonita idade dos 100 anos, a Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paiã pode orgulhosamente contemplar todo o seu glorioso passado, feito de uma história em que o sucesso do ensino ministrado dotou inúmeros jovens com as competências técnicas e práticas que lhes permitiram singrar, com mérito, nas profissões ligadas essencialmente à Agricultura, mas não só.

Os seus alicerces seculares de sucesso dão-lhe substrato e massa crítica, sem paralelo em instituições similares, garantindo que os caminhos do ensino técnico profissional continuarão a passar pelo campus da Paiã.

Para isso muito contribui a visão estratégica da direção e corpo docente, apostados na diversificação do ensino face às novas realidades e aos desafios relacionados com o setor agrícola, onde o ambiente e o turismo representam atualmente boas oportunidades de carreira profissional, sem abandonar, contudo, as áreas tradicionais.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas expressa um VOTO DE LOUVOR à Escola Profissional Agrícola D. Dinis pela passagem do seu centenário, englobando neste voto todo o seu corpo docente, auxiliares de educação e outros funcionários, assim como alunos e encarregados de educação, na certeza de que esta instituição, pelo seu trabalho ímpar continuará por muitos anos a orgulhar o Concelho de Odivelas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 4 de maio de 2017

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÃO

“REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO MUNICIPAL ONDE FUNCIONA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ODIVELAS”

Pela bancada do CDS/PP, foi apresentada uma Proposta de Recomendação sobre “Reabilitação do edifício municipal onde funciona a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas”, (documento nº 1)”, que será transcrito em ata. A proposta de Recomendação foi colocada à votação tendo sido Rejeitada por Maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, CDS/PP e Domingos Cabaço, em nome individual e os votos contra das bancadas do PS e PSD.

(Rejeitada por maioria)

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELA ATRIBUIÇÃO DA CONDECORAÇÃO A TÍTULO PÓSTUMO COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM DA LIBERDADE A MIGUEL SACADURA CABRAL PORTAS

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, condecorou esta segunda-feira, postumamente, por proposta do primeiro-ministro, António Costa, o antigo dirigente do Bloco de Esquerda, Miguel Portas, com a grã-cruz da Ordem da Liberdade, no dia do seu aniversário, passados cinco anos da sua morte.

Miguel Portas, o primeiro eurodeputado eleito pelo Bloco de Esquerda, morreu no dia 24 de Abril de 2012, poucos

dias antes de completar 54 anos, num hospital de Antuérpia, na Bélgica, vítima de cancro.

A atribuição da Ordem da Liberdade a Miguel Portas constitui um gesto certo e justo.

Miguel Portas foi um incansável combatente pela liberdade, que sempre a associou à justiça, ao diálogo intercultural e à emancipação de cada homem e de cada mulher.

Travou esse combate em Portugal e foi um combatente sem-fronteiras.

A liberdade concreta foi o horizonte de todo o empenhamento político, cultural e associativo de Miguel Portas, um artífice, como poucos, de pontes e de diálogos para todos os passos que a ela conduzissem. E foi assim porque Miguel Portas foi, acima de tudo, um homem imensamente livre e imensamente solidário.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 4 de Maio de 2017, congratula a atribuição da condecoração a título póstumo com a grã-cruz da Ordem da Liberdade a Miguel Portas.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

A enviar: família, ao Bloco de Esquerda, à Associação Miguel Portas e à imprensa

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 5 de maio de 2017

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

“REABILITAÇÃO DO PARQUE INFANTIL DO SILVADO”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Moção sobre “Reabilitação do Parque Infantil do Silvado” (documento nº 4), que será transcrito em ata. A moção foi colocada à votação tendo sido Rejeitada por Maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e CDS/PP e com os votos contra das bancadas do PS e PSD

(Rejeitada por maioria)



MOÇÃO

PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS

A Assembleia Municipal de Odivelas votou, em devido tempo e por unanimidade todas as moções cujo objetivo tivesse sido a reposição das sete freguesias no concelho.

Com a aproximação das próximas eleições autárquicas verifica-se que o debate sobre a reposição das freguesias está parado.

É reconhecido o trabalho dos autarcas em vários órgãos eleitos e esse trabalho continua a ser feito.

As freguesias e respetivos órgãos desempenham um papel fundamental no contato de proximidade com a população, sem menosprezar o eventual trabalho desenvolvido pela câmara. Em Odivelas quer pela dimensão quer pelas competências delegadas assumem especial importância no desenvolvimento do território e isso é reconhecido por todos.

Mas não estamos a falar unicamente de trabalho no terreno, também as assembleias de freguesia desempenham uma importante função na educação política e cívica debatendo dentro do seu âmbito todos os problemas da freguesia. Esse papel é insubstituível.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida dia 4 de Maio de 2017 delibera o seguinte:

- Apelar a todas as forças políticas para que se retome o debate sobre a organização das freguesias;
- Que sejam desenvolvidos todos os esforços necessários tendentes à reposição das freguesias nos locais onde tal seja exigido pela população.

(Documento apresentado pela bancada do PSD – Aprovado por Unanimidade)

A enviar: ANF; ANMP; Assembleia da República

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 5 de maio de 2017

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO

PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS (PORTUGAL) E O MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS (BRASIL)

Presente para deliberação a proposta de celebração de Protocolo de Geminação entre o Município de Odivelas (Portugal) e o Município de São Caetano de Odivelas (Brasil). O presente protocolo tem por objeto a promoção das medidas necessárias para assegurar o intercâmbio e aproximação entre os Municípios irmãos no âmbito das relações económicas, culturais, sociais, turísticas, ambientais, desportivas, académicas, boas práticas e modernização administrativa, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/4071, de 2017.04.10, aprovada na 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 19 de abril de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 2017*, página 10), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“Minuta de
Protocolo de Geminação
ENTRE o MUNICÍPIO de ODIVELAS (Portugal) e o
MUNICÍPIO de SÃO CAETANO de ODIVELAS (Brasil)

Considerando que:

A geminação é um conceito que tem como objetivo criar laços e mecanismos protocolares ao nível social, cultural e económico através dos quais as cidades ou comunidades de áreas geográficas distintas estabelecem acordos de cooperação entre si;

Milhares de localidades, em mais de 120 países, participam em programas de geminação, que tem a sua iniciativa estimulada pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que o vínculo que as liga tem como princípio fundamental estabelecer a troca de experiências e firmar parcerias que resultem na melhoria da qualidade de vida das populações, com base em interesses mútuos;

“O Município de São Caetano de Odivelas fica situado no estado brasileiro do Pará, limitado a norte com o oceano Atlântico; a Sul com os Municípios de Terra Alta e São João da Ponta; a Leste com o Município de Curuçá e a Oeste com o Município de Vigia de Nazaré;

Tem uma população de aproximadamente 17.000 habitantes (IBGE de 2010), uma área de 743,4 km² e uma densidade populacional de 22,72 hab/km²;

A criação de São Caetano de Odivelas está relacionada com a presença dos Padres Jesuítas no período colonial, na região do rio Mojuim e na zona do salgado paraense.



No ano de 1735, os Padres da Companhia de Jesus instalaram-se num lugar chamado São Caetano, com a missão de difundir o catolicismo e catequizar os habitantes originários da região;

Em agosto desse ano, o padre jesuíta Frei Felipe, iniciou a construção de uma feitoria, fazenda de criação de gado, que colocou sob a proteção de São Caetano da Divina Providência, dando-lhe o nome de Odivelas (Portugal) em homenagem a sua terra natal, como era costume os jesuítas fazerem. Essa fazenda localizava-se na margem esquerda do rio Mojuim, a 11 km da sua foz, onde hoje é a sede municipal de São Caetano de Odivelas;

Em 1833, foi criada a Freguesia de São Caetano de Odivelas;

O Município foi criado em 1872, sendo devidamente instalado em 28 de agosto de 1874, criando-se a Câmara Municipal;

Em 06 de julho de 1895, pela Lei nº 324, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade, sendo instalada no dia 15 de agosto do mesmo ano;

Em 1930, o Município de São Caetano de Odivelas, foi extinto e o seu território anexado à área dos municípios de Vigia e Curuçá, de onde se desmembrou três anos depois;

A emancipação político-administrativa do Município de São Caetano de Odivelas deu-se definitivamente, em 1935;
“ 1

O Município de Odivelas faz fronteira com a cidade de Lisboa e os Concelhos de Loures; Sintra e Amadora;

Tem uma população superior a 140.000 habitantes, uma área de 26,54 km² e uma densidade populacional de 5 446,5 hab/Km²;

As origens da presença humana neste Concelho remontam à pré-história, sendo o edifício mais antigo do Concelho a anta de Pedras Grandes, que terá sido utilizada como sepulcro no Neolítico Médio Final, provavelmente entre meados e a 2ª metade do 4º milénio A.N.E.;

A origem do nome de Odivelas está envolta numa lenda que tem atravessado os séculos. Conta-se que D. Dinis, Rei que instituiu a língua portuguesa como língua oficial da corte, tinha o hábito de visitar o Mosteiro de S. Dinis. E, certa noite, sabendo dessas visitas, a Rainha resolveu esperá-lo no caminho, interpelando-o dizendo “*I-de vê-las Senhor. I-de vê-las!*”. E, segundo a lenda, o nome Odivelas corresponde à evolução da expressão “*I-de vê-las*”;

Desde essa época, até hoje, a densidade populacional de Odivelas foi crescendo lentamente, sofrendo um significativo incremento nas décadas de 60 e 70 do século passado;

A Freguesia de Odivelas foi elevada a cidade em 1990 e o Concelho criado, a 19 de novembro de 1998, com o voto unânime de todos os deputados da Assembleia da República;

O Município de São Caetano de Odivelas (Brasil) e o Município de Odivelas (Portugal), dadas as relações históricas, culturais e de amizade que ligam ambos os países, reveladores dos valores da universalidade entre os povos e a comprovada vontade de ambas as partes em colaborar, solidariamente, para o bem-estar dos seus munícipes e o desenvolvimento das relações entre estes, desejam firmar o presente Protocolo de Geminção;

Existem séculos de história comum a unir os povos do Brasil e de Portugal, que desde sempre trilharam os caminhos do desenvolvimento e da cooperação, onde a língua e a cultura são o principal denominador comum;

As duas entidades supramencionadas consideram de fulcral importância que, para lá do normal relacionamento, esta geminação permita o encontro respetivo entre as suas populações, nomeadamente através das suas associações representativas;

O Município de São Caetano de Odivelas e o Município de Odivelas têm o firme propósito de, para a prossecução daqueles fins, desenvolver uma ação conjunta a fim de favorecer o intercâmbio nos domínios cultural, social e económico, entre estes, de modo a, através de uma melhor compreensão mútua, sedimentar os laços e sentimentos fraternais da língua oficial portuguesa nas áreas Económica, Cultural, Social, Ambiental, Desportiva, Turística, da Educação e da Saúde.

Entre:

O Município de Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins;

E

O Município de S. Caetano de Odivelas, representado pelo Prefeito Municipal, Mauro Rodrigues Chagas;

É celebrado o presente Protocolo de Geminção que se rege pelos termos dos artigos seguintes:

Cláusula Um
Declaração

O Município de Odivelas (Portugal) e o Município de São Caetano de Odivelas (Brasil) declaram-se como

¹ INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, 2012, Governo do Estado do Pará



Municípios Irmãos, para o fortalecimento dos laços de amizade entre os povos.

Cláusula Dois
Objeto do Protocolo de Geminação

O presente Protocolo de Geminação tem por objeto a promoção das medidas necessárias para assegurar o intercâmbio e aproximação entre os Municípios Irmãos no âmbito das relações económicas, culturais, sociais, turísticas, ambientais, desportivas, académicas, boas práticas e modernização administrativa.

Cláusula Três
Áreas de Atuação

Com o objetivo da prossecução das vontades de ambas entidades envolvidas neste Protocolo de Geminação, estas propõem-se a atuar nos seguintes domínios:

- a) Intercâmbio técnico-científico, em especial no campo do património cultural, artístico, histórico e arquitetónico;
- b) Promoção de iniciativas de apoio às populações residentes com vista a uma maior coesão social e integração dos mais desfavorecidos;
- c) Atividades de intercâmbio e dinamização empresarial entre empresas ou outras instituições interessadas em cada país, com vista à criação de novas empresas e reforço da troca de bens e serviços e emprego mais qualificados;
- d) Iniciativas de intercâmbio entre jovens estudantes de escolas de ambos os territórios com o intuito da partilha de experiências, artísticas, desportivas, culturais entre outras;
- e) Promoção e troca de conhecimentos sobre as raízes étnicas, folclóricas, musicais e históricas;
- f) Modernização administrativa e técnica das tarefas inerentes às competências dos órgãos autárquicos, através de iniciativas de valorização técnico-profissional dos seus quadros, dirigentes e administração;
- g) Sustentabilidade através de intercâmbios técnico-políticos com vista ao desenvolvimento sustentável dos territórios e meio ambiente;
- h) Organização conjunta de eventos, manifestações ou atos culturais ou artísticos;
- i) Outros domínios que venham a considerar-se relevantes, através da assinatura de outros protocolos ou programas de cooperação técnica entre ambas as entidades envolvidas.

Cláusula Quatro
Reuniões entre as partes

1 - As entidades envolvidas devem promover encontros regulares de delegações qualificadas, constituídas pelos seus representantes e técnicos especializados nas matérias em apreço sempre que se considerar necessário, bem como dos responsáveis pelo acompanhamento e execução deste Protocolo, para a discussão dos planos de iniciativas a desenvolver e avaliação dos resultados dos diversos projetos.

2 - Para os efeitos do número anterior, cada uma das entidades envolvidas nomeará um responsável encarregue de promover e avaliar as ações a estabelecer anualmente por ambos, através da elaboração de um programa de atividades o qual incluirá o envio de convites para a celebração de ambos os feriados municipais, tendo em vista a valorização de todas as entidades envolvidas e perspetivando assim futuras ações.

Cláusula Cinco
Responsabilidade por encargos

Quando se propiciarem reuniões ou deslocações das entidades envolvidas, o município anfitrião fica responsável pelos encargos resultantes do alojamento, alimentação, transportes internos e logística, sendo da responsabilidade do visitante assumir todos os custos inerentes às viagens de ida e regresso até ao município visitado.

Cláusula Seis
Entrada em vigor e prazo

1- Este Protocolo entrará em vigor após a sua assinatura e publicitação nos jornais oficiais das respetivas entidades, tendo a duração de um ano, sucessivamente prorrogável.

2 – O presente Protocolo pode ser denunciado por qualquer das partes, após aviso escrito de 90 dias, prévios à data de renovação respetiva.

Odivelas, 8 de maio de 2017

Em representação do Município de Odivelas (Portugal)
O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

Hugo Martins

Em representação do Município de
São Caetano de Odivelas (Brasil)
O Prefeito de São Caetano de Odivelas

Mauro Rodrigues Chagas”

(Aprovado por unanimidade)



PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Dado o adiantado da hora, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi proposto que os pontos 3, 4 e 5 passassem para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 3 - 7ª Modificação Orçamental – 1ª Revisão Orçamental 2017.

Ponto 4 – Proposta de aquisição de serviços de manutenção de diversos espaços verdes no Concelho de Odivelas – novas peças do procedimento.

Ponto 5 – Proposta de desvinculação do Município de Odivelas de associado da Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Oeste Sustentável – ratificação.

(Aprovado por unanimidade)



ANEXO

NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ODIVELAS.OP '17



Orçamento Participativo
Odivelas *Onde Todos Contam!*

NORMAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ODIVELAS.OP '17

CÂMARA MUNICIPAL

Odivelas



Índice

PREÂMBULO	03
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	03
Artigo 1.º - Princípio	03
Artigo 2.º - Objetivos	03
Artigo 3.º - Modelo	04
Artigo 4.º - Âmbito Territorial	04
Artigo 5.º - Dotação do Orçamento Participativo	04
Artigo 6.º - O Ciclo do Orçamento Participativo	04
Artigo 7.º - Participantes	05
CAPÍTULO II – NORMAS DE FUNCIONAMENTO E PARTICIPAÇÃO	05
Artigo 8.º - Calendário do Ciclo do Orçamento Participativo	05
Artigo 9.º - Propostas	05
Artigo 10.º - Assembleias Participativas	07
Artigo 11.º - Análise Técnica das Propostas	08
Artigo 12.º - Período de Reclamação	08
Artigo 13.º - Votação dos Projetos	08
Artigo 14.º - Projetos Vencedores	09
Artigo 15.º - Aprovação do Orçamento	09
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS	09
Artigo 16.º - Revisão das Normas do Orçamento Participativo	09
Artigo 17.º - Gestão e Acompanhamento do Orçamento Participativo	09
Artigo 18.º - Casos Omissos	10



PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Odivelas implementa o Orçamento Participativo (OP), porque reconhece a importância da utilização de instrumentos que promovam a participação dos cidadãos nos processos de governação local.

Estes instrumentos que, pela sua natureza, se baseiam na partilha da decisão e no apelo à emancipação social e política dos cidadãos, são transformadores das relações tradicionais entre as Autarquias e a Sociedade, pois abrem um espaço de diálogo e de concertação coletiva sobre a afetação dos recursos às políticas públicas municipais.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Princípio

O Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Odivelas assenta nos valores da democracia participativa, constantes no artigo 2.º e no n.º 1 do art.º 267.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, consagrando por um lado a participação direta dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais e, por outro, a aproximação entre o Município e a Comunidade.

Artigo 2.º

Objetivos

São objetivos do Orçamento Participativo de Odivelas:

- a) Incentivar a participação informada, ativa e construtiva dos cidadãos na governação local;
- b) Promover o debate de ideias, da reflexão e da construção coletiva de consensos em torno de prioridades e dos projetos que mais interessam à comunidade, na defesa da solidariedade, da coesão social e da melhoria da qualidade de vida;
- c) Reforçar as políticas de participação cívica, tendo por base os princípios da igualdade, representação e participação, junto de toda a população, com especial atenção para a população mais jovem, abrindo espaço para a renovação da sociedade democrática e para a população sénior, criando condições para o seu desenvolvimento pessoal e social e, ao mesmo tempo, promover um envelhecimento ativo.



Artigo 3.º

Modelo

O Orçamento Participativo de Odivelas assenta num modelo de participação de carácter deliberativo, segundo o qual os participantes e cidadãos formulam propostas e decidem, através de um processo de votação, sobre os projetos considerados prioritários, até ao limite orçamental estipulado pela autarquia e desde que se enquadrem nas normas definidas no presente documento.

Artigo 4.º

Âmbito Territorial

O Orçamento Participativo (OP) de Odivelas abrange o território do Concelho de Odivelas.

Artigo 5.º

Dotação do Orçamento Participativo

1. O montante global atribuído ao ciclo do OP para 2017 é de 1.000.000,00€ (um milhão de euros).
2. Cada proposta não poderá exceder o limite de 100.000,00€ (cem mil euros), sendo considerado nesse valor o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 6.º

O Ciclo do Orçamento Participativo

1. O Orçamento Participativo de Odivelas realiza-se de dois em dois anos.
2. O Ciclo do OP compreende as seguintes etapas:
 - a) Preparação do processo;
 - b) Divulgação;
 - c) Recolha de propostas;
 - d) Análise técnica e divulgação da lista provisória dos projetos;
 - e) Período de reclamação;
 - f) Decisão sobre as reclamações;
 - g) Divulgação e início da votação dos projetos;
 - h) Apresentação dos resultados (projetos vencedores);
 - i) Aprovação do orçamento;
 - j) Execução dos projetos vencedores.



Artigo 7.º
Participantes

Podem participar no Orçamento Participativo de Odivelas todos os cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, residentes, estudantes, empresários ou trabalhadores no Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II
NORMAS DE FUNCIONAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Artigo 8.º
Calendário do Ciclo do Orçamento Participativo

O calendário do ciclo do OP de 2017 é o seguinte:

- a) Preparação do processo: **março de 2017;**
- b) Divulgação: **abril de 2017;**
- c) Recolha das propostas (online e nas assembleias participativas): **1 de maio a 30 de junho de 2017;**
- d) Análise técnica das propostas: **3 de julho a 4 de agosto de 2017;**
- e) Divulgação da lista provisória dos projetos: **7 de agosto de 2017;**
- f) Período de reclamação: **07 a 11 de agosto de 2017;**
- g) Decisão sobre as reclamações: **14 a 31 de agosto de 2017;**
- h) Divulgação e período de votação dos projetos: **1 a 29 de setembro de 2017;**
- i) Apresentação dos resultados (projetos vencedores): **9 de outubro de 2017;**
- j) Aprovação do orçamento: **outubro de 2017;**
- k) Execução dos projetos vencedores: **janeiro de 2018 a dezembro de 2019.**

Artigo 9.º
Propostas

1. A apresentação das propostas poderá ser realizada através dos seguintes meios:
 - a) Na internet, via Portal do OP, mediante o registo e com o preenchimento de formulário aí disponível, sendo o acesso efetuado através do Site Oficial da Câmara Municipal de Odivelas: <http://www.cm-odivelas.pt>. O registo é obrigatório e permite a submissão de propostas e a participação no processo de votação dos projetos.
O registo para apresentação de propostas deverá ocorrer até às 17h00 do dia 29 de junho de 2017. Após validado o registo, as propostas deverão ser apresentadas até às 23h00 do dia 30 de junho de 2017.



- b) Nas assembleias participativas presenciais, promovidas pelo município, através do preenchimento de formulário próprio. As datas destas sessões serão anunciadas no Portal do OP.
2. Não são consideradas as propostas entregues por outras vias, nomeadamente, por correio eletrónico ou em suporte de papel (exceto em formulário próprio nas assembleias participativas presenciais).
3. As propostas devem enquadrar-se numa das seguintes áreas temáticas:
 - a) Ação Social
 - b) Comunicação
 - c) Cultura
 - d) Desporto
 - e) Educação e Juventude
 - f) Espaço Público e Espaço Verde
 - g) Infraestruturas Viárias, Trânsito e Mobilidade
 - h) Modernização Administrativa e Cidadania
 - i) Proteção Ambiental, Energia e Sustentabilidade
 - j) Proteção Civil
 - k) Saúde
 - l) Turismo, Comércio e Promoção Económica
 - m) Urbanismo e Requalificação Urbana
4. As propostas têm de ser apresentadas em nome individual.
5. Cada cidadão pode apresentar as propostas que entender, desde que respeite as normas presentes neste documento.
6. Para cada proposta deve ser preenchido, obrigatoriamente, um formulário.
7. Os participantes podem adicionar anexos (fotos, mapas, plantas de localização) à proposta, por forma a apoiar a sua fundamentação.
8. O formulário disponível, quer no Portal, quer nas assembleias participativas presenciais, deve ser preenchido na íntegra, caso contrário, a proposta pode ser excluída.
9. São consideradas elegíveis as propostas que cumulativamente reúnam as seguintes condições:
 - a) Que se insiram no quadro de competências e atribuições próprias ou delegáveis na Câmara Municipal de Odivelas, ou ainda, aquelas que sendo competências ou atribuições de outras entidades se destinem a fins públicos, ficando neste caso a sua execução condicionada à celebração de um acordo entre a Câmara Municipal de Odivelas e a entidade detentora dessas competências ou atribuições;
 - b) Sejam suficientemente específicas, bem delimitadas na sua execução e, se possível no território, para uma análise e orçamentação concreta. A falta da indicação destes dados pode impedir a adaptação da proposta a projeto por parte dos serviços municipais;
 - c) Não excedam o montante orçamental de 100.000,00€ (cem mil euros), sendo considerado nesse valor o IVA à taxa legal em vigor;
 - d) Não ultrapassem os 24 meses de execução.
10. As propostas consideradas elegíveis são transformadas em projetos, com a indicação do respetivo orçamento e do prazo previsto para a sua execução.



11. Os projetos elaborados pelos serviços municipais e colocados a votação, poderão não ser uma transcrição das propostas que lhe deram origem. Há propostas que, para terem condições de execução, poderão necessitar de ajustes técnicos por parte dos serviços municipais.
12. A semelhança do conteúdo das propostas ou a sua proximidade a nível de localização poderá originar a integração de várias propostas num só projeto.
13. Não se consideram as propostas que:
 - a) Não sejam tecnicamente exequíveis;
 - b) Configurem pedidos de apoio ou venda de bens e serviços;
 - c) Não seja possível à Câmara Municipal de Odivelas assegurar a manutenção e funcionamento do investimento em causa, em função do seu custo e/ou da exigência de meios técnicos ou financeiros indisponíveis, sob fundamentação em sede de análise técnica;
 - d) A sua execução dependa de parcerias ou pareceres de entidades externas cujo período dilatado de obtenção seja incompatível com os prazos estipulados no presente documento para a execução das respetivas propostas;
 - e) Contrariem ou sejam incompatíveis com planos, projetos municipais e legislação em vigor;
 - f) Estejam previstas ou a ser executadas no âmbito do plano de atividades municipal;
 - g) Sejam comissionadas por marcas registadas, abrangidas por direitos de autor ou tenham sobre si patentes registadas;
 - h) Sejam relativas à cobrança de receita ou funcionamento interno da Câmara Municipal.
14. Nos casos previstos na alínea c) do número anterior, o projeto poderá ser executado caso a Câmara Municipal autorize a celebração de um acordo de iniciativa dos proponentes da proposta excluída ou de uma entidade privada por eles indicada, onde estes assumam a totalidade ou parte dos custos de manutenção do projeto.

Artigo 10.º

Assembleias Participativas

1. As Assembleias Participativas (AP) são sessões presenciais, que visam promover o debate público em torno de soluções mais coletivas e consensuais.
2. O registo dos participantes poderá ser feito antecipadamente, no Portal do OP, ou no local da AP no próprio dia.
3. As propostas apresentadas pelos participantes deverão cumprir as normas constantes neste documento.
4. Nas AP, estão presentes técnicos da Câmara Municipal de Odivelas que darão apoio aos participantes na formulação das propostas.
5. As propostas apresentadas que reúnam as condições necessárias, serão consideradas propostas para o Orçamento Participativo de 2017 e introduzidas no portal pela equipa do OP, para posterior análise técnica.



Artigo 11.º

Análise Técnica das Propostas

1. A Câmara Municipal de Odivelas compromete-se a fazer uma análise técnica de todas as propostas submetidas pelos cidadãos.
2. Para efeitos do número anterior é constituída uma Comissão de Análise Técnica, multidisciplinar, que abrange todas as áreas temáticas referidas no n.º 2 do artigo 9.º deste documento.
3. As propostas que estiverem de acordo com as normas definidas no artigo 9.º serão adaptadas a projeto e colocadas à votação dos cidadãos.
4. Todas as propostas adaptadas a projeto, assim como os documentos anexos às mesmas, passam a ser propriedade da Câmara Municipal de Odivelas.
5. A não adaptação de propostas a projetos após análise técnica, será devidamente justificada com base nas normas aqui presentes.
6. A Comissão de Análise Técnica, compromete-se a esclarecer as questões colocadas pelos cidadãos, bem como, se tal for necessário, convocar os proponentes para esclarecimentos no âmbito da proposta apresentada.

Artigo 12.º

Período de Reclamação

1. Após análise técnica e realizada a adaptação das propostas a projetos, a Comissão de Análise Técnica divulga no Portal do OP a lista provisória de projetos que irão ser colocados à votação dos cidadãos.
2. Conforme estipulado no calendário do ciclo – artigo 8.º, alínea f), os cidadãos que não concordarem com a forma de adaptação das propostas a projeto ou com a não adaptação de proposta a projeto, poderão reclamar através do e-mail: orcamento.participativo@cm-odivelas.pt, no período aí indicado.
3. Findo o prazo referido no número anterior, não poderão ser consideradas as reclamações para efeitos de análise no âmbito do Orçamento Participativo, sem prejuízo de as mesmas serem encaminhadas para os serviços municipais competentes.
4. A Comissão de Análise Técnica decide as reclamações no prazo indicado na alínea g) do artigo 8.º.

Artigo 13.º

Votação dos Projetos

1. Os projetos admitidos a votação são divulgados no prazo estipulado no artigo 8.º, alínea h), por via eletrónica, através do Portal do OP e nos postos de votação fixos e móveis em local a divulgar e assegurados por técnicos da Câmara Municipal devidamente credenciados para informar e auxiliar na votação.



2. Cada cidadão tem direito a exercer 2 (dois) votos, sendo que os mesmos não podem ser atribuídos ao mesmo projeto.
3. A votação só é possível depois de efetuado o devido registo no Portal do OP, que deverá ocorrer até às 17h00 do dia 29 de setembro.
4. Na votação presencial, os cidadãos que pretendam exercer o direito de voto deverão fazer-se acompanhar de cartão de cidadão ou bilhete de identidade e número de identificação fiscal.

Artigo 14.º

Projetos Vencedores

1. Os projetos vencedores são divulgados através do Portal do OP e nos postos de votação fixos e móveis em local a divulgar, no prazo previsto na alínea i) do artigo 8.º.
2. São vencedores os projetos mais votados pelos cidadãos até ao limite da verba global definida para esta edição do Orçamento Participativo, indicada no n.º 1 do artigo 5.º do presente documento.
3. Os projetos vencedores serão apresentados em cerimónia pública, organizada pela Câmara Municipal de Odivelas, e posteriormente publicados no Portal do OP.

Artigo 15.º

Aprovação do Orçamento

O Orçamento Participativo é aprovado em simultâneo com a aprovação do Orçamento Municipal pelos órgãos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, até ao final do mês de outubro.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16.º

Revisão das Normas do Orçamento Participativo

As normas aqui presentes estão sujeitas a uma avaliação e revisão que se realiza a cada ciclo do OP.

Artigo 17.º

Gestão e Acompanhamento do Orçamento Participativo

1. A coordenação do processo do Orçamento Participativo está a cargo do Presidente da Câmara Municipal, sendo diretamente apoiado pelo Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.



2. Para qualquer esclarecimento no âmbito do Orçamento Participativo de Odivelas, poderá enviar um e-mail para orcamento.participativo@cm-odivelas.pt ou através dos números de telefone 219 320 861/2.

Artigo 18.º

Casos Omissos

As omissões ou dúvidas que possam surgir na interpretação das normas aqui presentes, serão resolvidas no âmbito da coordenação do Orçamento Participativo.